



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

378

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO N.º 292783-3**

**COMARCA:** Recife/PE - 3ª Vara Cível

**EMBARGANTE:** Sul América Companhia de Seguro Saúde

**EMBARGADA:** Luiz Barata de Moraes Neto

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ART. 535 DO CPC - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

1. Não tem os aclaratórios a finalidade de substituir o acórdão embargado, nem tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.
2. Inocorrente as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.
3. Inexiste omissão no aresto embargado, uma vez que a matéria foi devidamente tratada por ocasião do julgamento, inclusive sobre o *quantum* do dano moral fixado.
4. Embargos de declaração não acolhidos.



379

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

---

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar acolhimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013.

  
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

380

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO N.º 292783-3

COMARCA: Recife/PE – 3ª Vara Cível

EMBARGANTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde

EMBARGADA: Luiz Barata de Moraes Neto

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 361/369), opostos por Sul América Companhia de Seguro Saúde, nos autos da Apelação nº 292783-3, em que contende em face de Luiz Barata de Moraes Neto, através dos quais alega omissão no julgado, para fins de prequestionamento da decisão, que deu provimento parcial ao Apelo, reformando-se a sentença para que a restituição dos valores pagos indevidamente seja realizada na modalidade simples, bem como afastando a condenação em indenização por danos morais; mantendo-se, no mais, a sentença vergastada.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- Em seus Embargos, a seguradora alega violação e omissão quanto ao artigo 206, §1º, II, "b", do Código Civil, que determina a prescrição da pretensão do segurado contra o segurador no prazo de um ano, defendendo a lisura do contrato firmado. Aduz, ainda, a legalidade do aumento por mudança de faixa etária, através de previsão contratual,



381

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

assim como a inexistência de fundamento legal para devolução de valores cobrados pela Embargante. Por fim, requer o prequestionamento das questões e dispositivo legal aludidos.

Independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 25 de Setembro de 2013.

  
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho  
Relator



382

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO N.º 292783-3

COMARCA: Recife/PE – 3ª Vara Cível

EMBARGANTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde

EMBARGADA: Luiz Barata de Moraes Neto

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

A ementa do acórdão embargado, constante às fls. 337/338, colacionada *ipsis litteris*:

“EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANOS DE SAÚDE. IDOSO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. REJEITADA. INCIDÊNCIA DA LEI 9.656/98 E DO ESTATUTO DO IDOSO AOS CONTRATOS ANTERIORES À SUA VIGÊNCIA. APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. REAJUSTE DE MENSALIDADES EM RAZÃO DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. VEDAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CLÁUSULA ABUSIVA. DEVER DE RESTITUIÇÃO, NA FORMA SIMPLES, DAS PARCELAS PAGAS



383

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

INDEVIDAMENTE. DANOS MORAIS NÃO  
CONFIGURADOS. RECURSO PARCIALMENTE  
PROVIDO. PRESCRIÇÃO.

1. Apesar de estarmos diante de contratos relativos a planos de saúde, a questão está diretamente ligada à restituição de pagamento indevido, assim não há que se falar em prescrição, sendo de três anos o referido prazo.
2. Não resta dúvida de que os casos que envolvem Planos de Saúde se coadunam com as regras e se submetem ao Código de Defesa do Consumidor.
3. Plena aplicação da regra do art. 15, § 3º do Estatuto do Idoso, o qual veda expressamente a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade, mesmo aos contratos firmados antes da sua vigência, eis que a Lei nº 10.741/03 apenas veio assegurar uma garantia já consagrada na própria Constituição Federal, em seu artigo 230, a da dignidade e ao atendimento aos idosos.
4. Também, a legislação do Estatuto do Idoso tem em suas normas função e caráter de ordem pública, sendo imperiosa sua aplicação imediata mesmo diante de contratos anteriores à sua vigência.
5. Quanto à alegação de que o contrato é anterior à vigência da Lei nº 9.656/98, não resta suficiente para afastar sua aplicação, por serem os contratos de plano de saúde de trato sucessivo no tempo.
6. É nitidamente abusiva a cláusula contratual que prevê reajuste de mensalidades com base na mudança de faixa etária para maiores de 60 anos, vez que ferem princípios



384

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

consumeristas e geram desvantagens excessivas ao consumidor, exigindo-se a aplicação imediata tanto do Estatuto do Idoso como da Lei 9.656/98, não prejudicando o ato jurídico perfeito ou o direito adquirido.

7. É devida a sua restituição dos valores pagos a maior na forma simples e não em dobro, pois, para que haja devolução em dobro, deve ser comprovada a má-fé da parte demandada, o que não ocorreu no caso em epígrafe.

8. A simples majoração do valor das mensalidades não gera direito à indenização por danos morais, a não ser que fique comprovado nos autos algum acontecimento extraordinário que seja capaz de amparar a pretensão indenizatória, o que não restou demonstrado nos autos.

7. Recurso a que se dá parcial provimento."

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

De uma verificação dos fundamentos do recurso e re-análise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo julgamento, de forma explícita e bem



385

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
***Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho***

delineada, sendo flagrante a intenção do Embargante em rediscutir a matéria, hipótese esta que não sugere a oposição do presente recurso.

Sobre o assunto, a jurisprudência já se manifestou, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria. (PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria.

(775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira).

Além disso, o STJ entende da mesma maneira, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO.



386

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

IMPOSSIBILIDADE.535CPC1. A hipótese de cabimento dos Embargos de Declaração por contradição se restringe àquela interna da própria decisão, e não aos entendimentos divergentes em relação a outro decisum. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados.535CPC.

(1351015 DF 2010/0174050-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011).

Acrescente-se ainda que, consoante pacífica Jurisprudência, o Julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe-se da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CTB - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos



387

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]”.

(STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

Saliente-se que, as alegações da Embargante da existência de prescrição da pretensão do segurado, bem como da legalidade do aumento por mudança de faixa etária e da inexistência de fundamento legal para devolução dos valores cobrados pela Seguradora não são passíveis de serem discutidas através de Embargos Declaratórios, posto não servirem os citados recursos para rediscussão de matéria e sim, para sanar eventual omissão, contradição ou obscuridade, conforme tudo acima exposto.

Assim sendo, inexistente vício algum no julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pelas quais deu provimento parcial ao recurso, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição



388

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irresignada.

Face ao exposto, conheço dos embargos declaratórios, mas **negotia** acolhimento.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2013.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho  
Relator